



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, Joaquim Campos assumiu a presidência da Mesa e Mauro Freitas subiu à tribuna e referiu-se ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no dia anterior, recordando a realização da sessão especial em alusão ao tema realizada nesta Casa na semana precedente. Informou que desta participaram várias associações do movimento negro, afroreligioso, movimentos culturais de dança e arte desta cidade. Comentou que a CMB segue a linha da pluralidade em relação ao conjunto da sociedade e esta sessão exemplificou isso. Observou que alguns partidos aproveitam-se do discurso das “minorias” para fazer proselitismo político. Avaliou que a sessão realizada foi diferente, pois nela foram discutidas as questões que afligem os negros de nossa cidade, havendo questionamentos, mas também foram expostos os avanços em reconhecimento ao valor do negro, de sua história. Manifestou seu orgulho por ter proposto esta sessão plural, que teve o apoio de vários colegas parlamentares e foi realizada de forma antipartidária. Opinou ser isto uma demonstração de que a CMB cumpre seu papel, defendendo o religioso, defendendo a criança, defendendo a mulher e defendendo o negro em nossa cidade. Deu vivas então ao Dia da Consciência Negra, observando que em todos os estados do Brasil esta data é feriado, somente no Pará não é. Ponderou não ser de bom alvitre criar mais feriados, mas discutirá com os demais parlamentares a possibilidade de apresentar um projeto no próximo ano tomando o Dia da Consciência Negra feriado municipal. Notificou depois os demais vereadores sobre o teor da certificação concedida à atual gestão da CMB pelo Tribunal de Contas dos Municípios no dia anterior – o Prêmio Gestão Transparente 2018. Afirmou não ser este um título individual, pois contempla o trabalho desenvolvido por todos nesta Casa: Mesa Diretora, demais vereadores, assessores e servidores. Considerou que a Câmara Municipal de Belém deve servir de exemplo para todo o estado, comprometendo-se a manter esta premiação nos anos em que continuar a exercer a presidência deste Poder. Agradeceu depois a todos os conselheiros do Tribunal de Contas e disse ser uma honra receber a referida comenda em nome dos vereadores e desta Casa. Em aparte, manifestou-se o vereador Moa Moraes. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa e o vereador Joaquim Campos assumiu a palavra. Contou que ao produzir e dirigir um filme foi ao Rio Grande do Norte e deparou-se com a história do filho de um usineiro que, um século e meio atrás, teria ido para a Inglaterra estudar. Ele retornou, já como engenheiro, para trabalhar na usina do pai, mas voltou casado. Sua esposa era inglesa e adepta da religião anglicana. Todos os dias os dois iam observar o pôr-do-sol em um morrinho que havia na fazenda. Então ela engravidou e morreu durante o parto. O marido realizou o velório, mas não pôde enterrá-la no cemitério local, pois este pertencia à Igreja Católica. Enterrou-a então no local onde ambos costumavam ver o pôr-do-sol. Nunca mais se casou e, todos os dias, ia ver o pôr-do-sol e conversava sozinho como se estivesse conversando com a falecida esposa. Fascinado pela beleza da história, procurou os locais onde ela havia ocorrido. Encontrou então um bosque com árvores todas iguais e perguntou ao guia se aquela era uma área de preservação. Este contou que os negros de certa etnia, ao virem da África como escravos, traziam consigo a semente daquela árvore em um colar que todos usavam. Tinham o compromisso de,

quando morressem, serem enterrados um ao lado do outro. Sabiam que a semente não morreria e germinaria se fosse colocada na terra. Isso foi feito para que seus descendentes soubessem o lugar onde foram enterrados. Formou-se assim o bosque que observavam e este hoje é um campo santo. Assim, naquela região, viu-se diante de duas histórias muito bonitas. Afirmou nunca ter escolhido os amigos por cor ou religião. Disse ser contra as cotas porque esta discussão não deveria existir. Afirmou que não deveria existir a discussão em torno da consciência negra, do racismo e da homofobia. Entretanto, continuou, temos uma miscigenação de raças e muitos de nós vêm contaminados com as doenças da homofobia e do racismo. Lembrou que o mesmo ocorreu e ocorre na Europa e nós herdamos também isso. Reconheceu que a maioria dos que são mortos são jovens negros e disse que estes não são mortos por serem negros, mas por serem discriminados. Postulou que com o advento da Lei Áurea os negros no Rio de Janeiro e na Bahia, sendo discriminados, subiram os morros buscando refúgio e lá permaneceram. Assim permanecem até hoje, como se nada houvesse mudado, mas não que lhes faltem hoje os direitos. Expressou que falta hoje aos negros a base, devido ao descaso social com as periferias. Declarou que os negros são mortos na periferia por moradores negros ou brancos da periferia. Concluiu que o conflito está então na periferia. Entretanto, julgou que há uma ideologia implantada nas universidades federais do país. Disse que, se fosse presidente da República, decretaria um recesso de seis meses nas universidades federais. Então entraria nelas, limparia e pintaria tudo, deixando tudo novo. Pegaria os vagabundos que já estão ali há dez, vinte anos e os expulsaria. Subsidiaria então os estudos de quem realmente quisesse estudar. Tiraria a corja toda que ocupa hoje as universidades. Externou que estes ainda darão muitos problemas ao país e o confronto será inevitável. Considerou que tudo isso é obra da esquerda nefasta. Referiu ter encontrado um venezuelano pedindo trabalho como pintor para poder sustentar a família, mas pessoas como ele não são ajudadas pela esquerda. Disse que o discurso é uma coisa, mas a prática é outra. Findo o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB – PHS, Joaquim Campos parabenizou o vereador Fernando Carneiro pela participação deste na disputa eleitoral ao governo do estado. Disse que Fernando foi um exemplo de objetividade e coragem política no enfrentamento aos problemas, o que não se vê no município, no estado e nem em nível federal. Julgou que talvez venha a ter uma carreira política meteórica, mas Fernando Carneiro certamente terá um grande futuro como político. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro reportou-se à matéria publicada no dia de hoje informando sobre a greve em uma das concessionárias do BRT. Esta, segundo a referida matéria, declarou não estar pagando seus funcionários por não estar recebendo da Prefeitura de Belém. A PMB, por outro lado, afirmou que isso não é verdade, pois vem cumprindo com os pagamentos. Referiu-se depois a outra reportagem também publicada nesta data sobre os custos da obra da hidrelétrica de Belo Monte. Externou que tem sido muito crítico em relação à obra primeiramente porque ela não está gerando a energia prometida e pelos profundos impactos socioambientais que causou com o represamento do Rio Xingu. Foram prejudicadas as comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas da região com o desvio de parte do fluxo das águas para alimentar a represa da usina e o equilíbrio ambiental está muito ameaçado. Além disso, trata-se de uma obra cujo custo agora beira os quarenta bilhões de reais, com grande parte dos recursos vindos do BNDES. Tratando depois da polêmica envolvendo a Rede Celpa, disse que, além do voto de repúdio desta Casa à atuação da empresa aprovado na sessão anterior, é necessário colocar o dedo na ferida. Lembrou que 25% do total da conta de energia corresponde ao ICMS cobrado dos consumidores, uma taxa muito alta, e é necessário que o futuro governador, Hélder Barbalho, comprometa-se a reduzir esse percentual de imposto. Defendeu também o fim das isenções fiscais para as grandes empresas como a mineradora Hydro. Recordou que a Hydro está sendo acusada de poluir os rios na região de Barcarena e envenenar a população, mas deixa de pagar 500 milhões de reais ao ano ao estado, beneficiada com a isenção do pagamento do ICMS na conta de energia elétrica. Opinou que o governo estadual que vai assumir precisa acabar com a farra dessas isenções fiscais porque este dinheiro faz muita falta às políticas públicas do estado. Se somente uma dessas empresas, que não é a maior, deixa de pagar 500 milhões de reais por ano, se essas isenções acabassem muito poderia ser feito em prol da população. Disse querer que as empresas façam apenas o que o povo faz: pagar o ICMS da conta de energia elétrica. Nada de sobretaxar tais empresas: que estas façam apenas o que todos os paraenses já fazem, pagar o ICMS devido. Avaliou que, acabando a farra das isenções fiscais, sobrarão recursos para compensar a redução do ICMS para a população. Ressaltou que os consumidores paraenses pagam uma das

mais altas contas de energia do país, mesmo havendo duas usinas produtoras em nosso estado. Manifestou a esperança de que isto possa acabar com o novo governo do estado. Pelo bloco PSD – PTC, Lulu das Comunidades retomou o tema do enfrentamento à atuação prejudicial ao povo paraense da Rede Celpa. Informou que já há muitos grupos organizados para lutar contra a tirania da empresa concessionária do serviço de energia elétrica em nosso estado. Disse que a Rede Celpa é um câncer na sociedade paraense. Questionou como uma pessoa de baixa renda, ganhando salário mínimo, poderá arcar com uma multa de quinze mil reais ou com uma conta de energia de quinhentos, seiscentos reais. Pediu ajuda aos demais vereadores nesta luta contra a empresa. Disse que está indo de gabinete em gabinete, conversando com os demais parlamentares da Casa para obter apoio. Referiu também já ter entrado em contato com deputados estaduais para que adiram a esta causa. Asseverou que, com a união de todos, podemos vencer esta guerra. Relatou ter ouvido comentários afirmando que a Rede Celpa é maior do que o Pará, pois manda e desmanda, controlando os políticos do estado, o que considerou uma mentira. Pediu também o apoio do prefeito Zenaldo Coutinho e do futuro governador do estado, Hélder Barbalho. Pelo bancada do PRB, Simone Kahwage manifestou apoio à luta contra a má atuação da Rede Celpa, declarando também ser uma vítima da empresa, além de seus familiares e amigos, assim como todo o povo de Belém. Avaliou depois que talvez haja algum preconceito quanto à criação da Faculdade Republicana Brasileira por ligarem esta à Igreja Universal do Reino de Deus. Recordou, porém, que há universidades ligadas a igrejas em todo o mundo. Tratou depois da polêmica envolvendo a questão do Enem que fazia referência ao dialeto utilizado por pessoas LGBTI. Disse que não houve homofobia nas críticas feitas a este item da prova. Informou que noventa por cento das reclamações contra a questão vieram dos estudantes que participaram do exame e o próprio ministro da Educação considerou que houve exagero em sua elaboração. Julgou que a criação de uma nova universidade pelo PRB, através da Fundação Republicana, propiciará um leque maior de opções para os brasileiros em matéria de ensino e cultura. Em relação à instalação de aparelhos de ar condicionado nos ônibus de Belém, disse que os vereadores da Casa são a favor de que esta ocorra, de forma legal, correta e segura. Pela liderança do bloco PT – PC do B, Amaury da APPD considerou que o debate sobre a instalação de ar condicionado nos ônibus de Belém já está ultrapassada e que a política é assim, vive de momentos. Porém, afirmou, não havia a intenção de aparelhar desta forma os coletivos da capital. Opinou que o vereador Dr. Chiquinho teve então o mérito de levantar esta questão e mobilizar a opinião pública, de forma que hoje temos esta licitação. Acrescentou que esta também foi uma emenda ruim porque deveria ser estabelecido que, em cada renovação de frota, viesse já o ar condicionado e não apenas dez por cento. Assim sendo, demorará dez anos para termos o ar condicionado instalado e isso se vier a acontecer. Fez lembrar que o mesmo ocorreu com a acessibilidade nos ônibus: a luta por ela começou em 1995, estamos em 2018, são vinte e três anos e os ônibus continuam não funcionando para os portadores de deficiência. Comentou que, na sessão do dia anterior, fora feita uma homenagem a Emanuel Ó de Almeida e este foi um dos vereadores que iniciou a luta pela acessibilidade. Assim sendo, ponderou, vai demorar no mínimo de quinze a vinte anos para que a toda a frota de ônibus esteja equipada com aparelhos de ar condicionado. Admoestou que a população precisa de ônibus com ar condicionado, precisa de melhorias em toda a cidade, porque a coisa não está às mil maravilhas, como mostram os resultados das últimas eleições em Belém. Asseverou não fazer oposição pela oposição, mas atua para que o povo entenda que não há uma só forma de ver a cidade, há aqueles que a veem de outro modo, diferente da situação. Assim, é preciso encontrar um denominador comum para que possam encaminhar a discussão construtivamente. Não é correto tentar cercear o direito da oposição de expor suas posições, pois vivemos em um estado democrático, apesar de hoje termos os golpistas e fascistas na direção do país. Defendeu a necessidade de respeitar o espaço de cada um nesta Casa e o direito à discordância. Exemplificou fazendo referência ao pronunciamento do vereador Fernando Carneiro em que este expusera a contradição da defesa da Escola sem Partido por um partido que vai criar uma universidade. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Lulu das Comunidades solicitando que esta Casa emita nota de repúdio em relação à atuação da concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica Rede Celpa por estar em falha com a sociedade belenense, havendo péssima atuação na prestação de uma atividade essencial aos cidadãos. Após a leitura, fez o encaminhamento o vereador Emerson Sampaio. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. O vereador

Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando acesso ao teor da nota de repúdio que será emitida em atenção ao requerimento aprovado, o que foi acatado pela Mesa. Justificaram seus votos os vereadores Lulu das Comunidades e Émerson Sampaio. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento da vereadora Marinor Brito solicitando dois dias de licença parlamentar no período de 20 a 21 de novembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura e votação do requerimento do vereador Víctor Dias solicitando dois dias de licença parlamentar no período de 04 a 05 de dezembro vindouro, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita em seguida a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia 20/11/2018, intitulada “Entre lutas e conquistas, os negros seguem em busca dos seus espaços”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento da vereadora Simone Kahwage solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, com o tema “Presos acusados de estupro e importunação”, sendo este aprovado por unanimidade. Não havendo mais requerimentos para submeter à apreciação da plenária, o presidente Mauro Freitas perguntou se algum dos parlamentares presentes gostaria de fazer nova inscrição. Não havendo manifestação neste sentido, o presidente encerrou a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Determina que as empresas que prestam serviços terceirizados à Prefeitura de Belém contratem jovens para ocupação do primeiro emprego”, referente ao Processo nº 600/17, de autoria da vereadora Simone Kahwage. Participaram da discussão Simone Kahwage e Fernando Carneiro. Em seguida, a vereadora Simone Kahwage pediu a suspensão do projeto por quarenta e oito horas para realizar ajustes e dirimir dúvidas suscitadas com o pronunciamento do vereador Fernando Carneiro. Manifestou-se posteriormente o vereador Adriano Coelho a respeito do teor do projeto. Passou-se depois à discussão única e votação do projeto que “Institui a Semana de Combate à Erotização da Infância no Município”, referente ao Processo nº 2212/17, de autoria da vereadora Simone Kahwage. Participaram da discussão os vereadores Simone Kahwage, Dr. Elenilson e Nehemias Valentim. A vereadora Simone Kahwage pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto e as emendas a este fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita então a leitura do projeto e das emendas. Postos em votação, em bloco e de forma simbólica, os artigos e emendas foram aprovados por unanimidade. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Institui a Semana de Combate à Erotização da Infância no Município”, referente ao Processo nº 2212/17. Fez-se depois a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Institui o dia 29 de setembro como o Dia Municipal da Retina”, referente ao Processo nº 2506/17, de autoria do vereador Amaury da APPD. Na discussão, não houve oradores. O presidente colocou então o projeto em votação e o vereador Moa Moraes pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita então a leitura e votação dos artigos do projeto, sendo estes aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Institui o dia 29 de setembro como o Dia Municipal da Retina”, referente ao Processo nº 2506/17. Dando prosseguimento à sessão, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Institui sobre a criação da Campanha de Conscientização sobre a Imunodeficiência Primária – IDP no município de Belém e a inclusão do mês de conscientização no calendário oficial do município de Belém”, referente ao Processo nº 2555/17, de autoria do vereador Dr. Elenilson. Na discussão, manifestou-se o vereador Dr. Elenilson. Este pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita então a leitura dos artigos do projeto. Postos em votação, estes foram aprovados em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Institui sobre a criação da Campanha de Conscientização sobre a Imunodeficiência Primária – IDP no município de Belém e a inclusão do mês de conscientização no calendário oficial do município de Belém”, referente ao Processo nº 2555/17. O presidente pediu então a aquiescência dos demais parlamentares para que se fizesse um minuto de silêncio, fora do horário habitual, em homenagem póstuma ao senhor José Cláudio Matos Pinheiro (a pedido do vereador Lulu das Comunidades) e à senhora Moema Pinheiro (a pedido do vereador Fernando Carneiro). Com a concordância dos demais parlamentares, fez-se esta homenagem. Findo este ato, o presidente Mauro

Freitas declarou encerrada a sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos, convidando antes os demais parlamentares a participar da sessão especial em homenagem ao Dia do Conselheiro Tutelar no Município de Belém, a ser realizada no dia seguinte, 22/11/2018, às nove horas, no Salão Plenário Lameira Bittencourt. Estavam licenciados os vereadores Paulo Bengtson e Marinor Brito. Justificaram suas ausências os vereadores Victor Dias e Blenda Quaresma. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenílson, Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco Democracia Cristã – Avante; Biéco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade; Gustavo Sefer e Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD – PTC; Igor Normando, Joaquim Campos e John Wayne, pelo bloco PMDB – PHS; Gleisson, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino e Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Delegado Nilton Neves e Adriano Coelho, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Fernando Carneiro e Dr. Chiquinho, pelo PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pelo PRB; e Emerson Sampaio, pelo PP. Eu segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 21 de novembro de 2018.

Presidente

1º Secretário

2ª Secretário